

CAMAPUÃ NO PERÍODO DO OCASO DAS MONÇÕES: população, trabalho, lavoura, exploração e resistências

Divino Marcos de Sena
Mestrando em História – UFGD
Bolsista da CAPES

RESUMO: As monções contribuíram para garantir a expansão do território da colônia portuguesa na América. Saídas da capitania de São Paulo com o objetivo de dar suporte aos núcleos populacionais que se formaram no decorrer do século XVIII e nas primeiras décadas da centúria seguinte na região mais central da América do Sul, elas também proporcionaram o florescimento de tantos outros povoados. Assim nasceu Camapuã, que de ponto de passagem tornou-se fundamental localidade para dar apoio aos viajantes. Nesta perspectiva, o presente artigo visa apresentar algumas características de Camapuã no período final da rota das monções, demonstrando que sua existência foi fundamental no período monçoeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Camapuã, população, trabalho.

ABSTRACT: The monsoon helped secure the expansion of the territory of the Portuguese colony in America. Outputs of the Captaincy of São Paulo with the aim of supporting the settlements that were formed during the eighteenth century and early decades of the following century in the more central region of South America, they also provided the flowering of so many other villages. Thus was born Camapuã that the crossing point has become central location to give support to travelers. In this perspective, this paper presents some characteristics of Camapuã towards the end of the route of the monsoon, demonstrating that their existence was fundamental in the period monçoeiro.

KEY-WORDS: Camapuã, population, work.

Introdução

Os territórios atualmente correspondentes aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul faziam parte das possessões portuguesas na América. Paulistas que circulavam a região desde o século XVII para prear mão-de-obra indígena para trabalhar como cativos nas lavouras de São Paulo descobriram nas margens dos rios Cuiabá e Coxipó, nas primeiras décadas dos Setecentos, o metal precioso tão almejado desde os primórdios do processo de colonização ibérica nas Américas. O ouro atraiu comerciantes, mineradores, trabalhadores de ofício e todo tipo de pessoas com as mais distintas ocupações para a região das minas. A Coroa Portuguesa procurava garantir a posse daquela região mineira e fronteiriça, bastante ameaçada pela presença de castelhanos e por grupos indígenas que lá moravam antes mesmo da chegada dos europeus.

Anterior à chegada de portugueses e paulistas ocorreu a ocupação de grupos indígenas na região. Com o ouro, Mato Grosso foi incorporado à capitania de São Paulo e somente em 1748 foi elevado à categoria de capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752 e edificada a partir desse ano, foi (e é) localizada na margem direita do rio Guaporé, ficou como capital da então capitania de Mato Grosso.

Desde as primeiras descobertas, foram organizadas expedições fluviais, as monções tinham como intuito transportar o ouro extraído, abastecer as minas, povoá-las, defendê-las etc. Em canoas que partiam de Araraguaba-SP (depois chamada de Porto Feliz) eram transportados todos os tipos de víveres, mercadorias e demais provisões. As primeiras iniciativas foram tomadas para dar suporte à extração aurífera e para tal seria necessária uma melhor rota de navegação e a criação de estabelecimentos que pudessem ajudar os viajantes e trabalhadores monçoeiros.

Várias foram as investidas para buscar uma via de comunicação e transporte mais cômoda entre Araraguaba e Cuiabá. Porém, o trajeto mais usado foi o que seguia pelo rio Tietê, atingia o rio Paraná, entrando no Pardo até o rio Camapuã, seguindo os rios Coxim, Taquari, Porrudos (São Lourenço), Paraguai até, finalmente, atingir o Cuiabá.¹

Além de uma via de comunicação mais cômoda e menor que as demais, foi preciso criar estabelecimentos que pudessem dar apoio aos viajantes. É nesse contexto que pode ser inserido o nascimento do povoado que se instalou nas proximidades do rio Camapuã.

¹ Sobre as expedições monçoeiras, ver os seguintes trabalhos: (GODOY, 2002); (HOLANDA, 1990); e (SILVA, 2004).

Os irmãos ituanos João e Lourenço Leme, na navegação que seguia de São Paulo às minas Cuiabanas, descobriram na década de 1720 um varadouro que diminuía o caminho da rota das monções. O varadouro de Camapuã servia como ponto de contato e travessia entre as bacias do Paraná e do Paraguai; nele canoas e cargas eram transportadas por terra até chegar ao rio Coxim para então seguirem viagem.

Em Camapuã foi instalada uma propriedade com criação e plantação essenciais para o apoio às expedições monçoeiras. Já em 1725, aquela localidade começou a ser frequentada pelos viajantes, momento em que também se deu a plantação dos primeiros roçados (Anaes do Sennado da Camara do Cuyabá, 2007: 53).

Desde as primeiras instalações, ainda no século XVIII, já era verificada a presença de animais e de atividades relacionadas à lavoura. Banana, milho, mandioca, feijão etc. eram plantados para suprir as necessidades dos moradores locais e dar suporte aos viajantes que seguiam de Cuiabá até Araritaguaba e vice-versa. A criação gado vacum e cavalariça anunciava que, para transportar as cargas e canoas por terra, seria preciso a utilização de carros de boi.

Em Camapuã, as canoas eram consertadas quando preciso, e os comboios abastecidos de alimentos para retornarem ao trabalho da navegação. Esse apoio aos viajantes permaneceu até o fim das expedições monçoeiras, já na década de 1830. De um lugar de simples passagem, Camapuã tornou-se ponto de abastecimento e ajuda aos viajantes, além de ser um dos primeiros povoados não-índio no Sul de Mato Grosso, e “porta de entrada da província”² para aqueles que vinham do Sul e Sudeste brasileiro pelas vias fluviais.

Camapuã – década de 1820

O topônimo Camapuã é de origem tupi-guarani, com significado consagrado pela tradição como “*seios erguidos*” ou, ainda, “*peitos redondos*”, dada a topografia de dois morros presentes na região. Localizado em solo fértil, o lugar de Camapuã era favorecido pelos recursos hídricos como, por exemplo, o pequeno rio Camapuã-guassú que se une ao

² Os momentos que seguiram à chegada da Coroa Portuguesa no Brasil (1807 e 1808) foram de mudanças radicais na forma como o Brasil estava organizado politicamente. Em 1815 o Brasil foi elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves, alterando seu status institucional. Entre os anos de 1808 e 1821 as palavras *capitania* e *província* “eram usadas de forma alternada e ambivalente na legislação editada pela Coroa Portuguesa, sendo ambos os termos utilizados na designação das unidades territoriais que integravam o império luso na América” (GOUVÊA, 2008: 17). Porém, a denominação *província* passou a ser mais utilizada após a Independência Política do Brasil, e neste artigo, quando me reportar ao período anterior a 1822, utilizarei a palavra *capitania* e, para o posterior, utilizarei a denominação *província* para se referir ao território de Mato Grosso.

Camapuã-mirim, pelos ribeirões Sanguessuga e Vermelho e pelo rio Taquari. O clima de Camapuã era “ *muito saudável, o ar assaz leve, as águas boas, a propagação humana abundante*”, o que favoreciam a prática da agricultura (ALINCOURT, 1857: 336).

O território de Camapuã era dividido pelo rio do mesmo nome. Ao Norte (ou na margem direita do rio), em posição elevada, situava o engenho, Capela, casas do Administrador da fazenda particular e casas dos escravos. Na parte Sul e leste, do lado oposto ao rio, em terreno plano e baixo, ficavam os Quartéis e moradas dos demais habitantes, estas dispostas desordenadamente (ALINCOURT, 1880-1881: 43). A sede da Fazenda Particular era constituída por dois sobrados unidos por duas senzalas, fechando uma praça central e fortificada (FLORENCE, 1848: 106), além do núcleo habitacional existia os roçados de moradores locais, da Fazenda Particular e da Fazenda Pública de propriedade do Governo.

Em 1800, Camapuã tinha uma população de 213 pessoas (Extrato do mapa de população de 1800, 1857: 281), e 24 anos depois, ela contava com 56 fogos (família) além dos sobrados do engenho e do Administrador. Sua população totalizava 306 pessoas, dispostas da seguinte forma:

Tabela 1 – População de Camapuã (1800)

População	Homens		Mulheres		Total
	Abaixo de 14 anos	Acima de 14 anos	Abaixo de 14 anos	Acima de 14 anos	
Livres	43	39	38	47	167
Escravos (as) da Fazenda Particular	37	30	26	36	129
Escravos Particulares	4		6		10
					306

Fonte: ALINCOURT, Luiz d'. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá, 1824. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX. 3º Trimestre de 1857. Rio de Janeiro, 1857, p. 335-336.

O crescimento demográfico naquele povoado se dava anualmente, por exemplo, entre 1821 e 1824 nasceram 24 pessoas livres e 21 cativas, e para o mesmo período o número de óbito foi de 9 para pessoas livres e 16 para escravos. Numa análise vertical da população de Camapuã, ela era composta por livres e escravos. Quanto aos dados horizontais, seus habitantes eram em sua maioria de tez escura. Augusto Leverger, que esteve naquela localidade em 1830, apontou que o número dos habitantes variava entre 300

e 400, e que a grande maioria era “*gente de cor*” (LEVERGER, 1960: 387). Quatro anos antes, Hércules Florence, em viagem científica comandada por Langsdorff, escrevia que a maioria da população era: “*de pretos crioulos, poucos são os mestiços e mulatos*”, e inclusive dessa cor era o comandante do local um Alferes de Milícias da Guarda Nacional.

Camapuã estava localizada numa região habitada, nas suas circunvizinhanças, por grupos indígenas. Estes, em contato com negros e brancos deu origem a mestiços das mais diferentes procedências. Para o ano de 1822 existiam, entre a população local, pessoas brancas, caborés, pardos, crioulos forros e cabras, estas quatro últimas são indicativas da mestiçagem populacional (PROCESSO 103, 1822).

Segundo o Vocabulário Raphael Bluteau, crioulo era escravo nascido na casa do senhor, (BLUTEAU, 1712 a 1721) um descendente de negro africano nascido no Brasil. No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, crioulo significa todo indivíduo negro; pode se referir tanto a um negro nascido na América, como aos nativos de determinada região, ou ao escravo nascido na casa de seu senhor (FERREIRA, 2004: 575). Já no caso do pardo, conforme Bluteau, é uma “*cor entre branco e preto, própria do pardal, donde lhe veio o nome*” e no caso do homem pardo, pede para ver o verbete mulato, que se referia à “*filha e filho de branco e negra, ou de negro e de mulher branca. Esse nome mulato vem de Mú, ou mulo, animal gerado de dois outros de diferentes espécies*”, para o caso da capitania de Mato Grosso, mulatos ou caborés eram designações para se referirem aos descendentes de negros e índios (SILVA, 1995: 148).

A maioria da população livre era pobre. Morava em casas de pau a pique barreiros cobertas de capim. Aliás, a grande maioria das habitações foi construída com aquele tipo de estrutura, exceto os sobrados do engenho e do Administrador, e a Capela, estes cobertos de telhas (ALINCOURT, 1880-1881: 42).

Os homens mais abastados usavam calças e camisetas de pano grosso, enquanto que os demais tinham como vestimenta ceroula, “*quase tanga*”, e a maioria das mulheres vestiam sobre o corpo uma saia (FLORENCE, 1848: 106). Alguns dos tecidos eram fabricados ali mesmo pelos moradores, e parte da produção era trocada por cabeças gado vacum e cavalos com os habitantes de Miranda.

Distante, mas de forma alguma isolada, Camapuã mantinha ligações com o Sul e Sudeste do Brasil pelas vias navegáveis, e por caminhos terrestres e fluviais que a ligavam até Miranda, Albuquerque e propriedades rurais na região pantaneira, além da ligação com Cuiabá, que nos anos de 1820 era o centro comercial mais dinâmico da província de Mato Grosso. O comércio em Camapuã se dava a partir da troca de alguns víveres produzidos ali,

com mercadorias provenientes de outras regiões. Viajantes geralmente trocavam algum tipo de manufatura por gêneros de primeiras necessidades. Augusto Leverger notou, em 1830, que: “*quase todo o negócio que fazem os que por aqui passam é a troca de sal, ferramenta, pólvora e chumbo de caça, baetas e chitas*” (LEVERGER, 1960: 387). Ou seja, a troca era uma das principais medidas para que viajantes obtivessem o que necessitavam para adentrarem pelo interior do território e seguirem viagem até encontrar outra povoação.

O sal marítimo era um produto que tinha mercado certo não somente em Camapuã, mas em todo território de Mato Grosso. Durante a primeira metade do século XIX, o sal era vendido num valor elevado na região. Importado do litoral do Brasil, nem sempre estava acessível para toda a população. Desde o século XVIII, já existiam iniciativas por parte de particulares ou do governo da capitania/província para descobrirem salinas de modo a suprir a falta daquele produto, que recebia um valor avultado pela sua escassez e pelo oneroso frete e impostos a que estava sujeito. Daí a medida dos moradores de Camapuã em oferecer gêneros de lavoura e prestação de serviços em troca de sal. As ferramentas também eram essenciais para que os moradores locais pudessem utilizar e aproveitar a terra para o plantio. É compreensível que a troca de mercadorias girava em torno da seguinte situação: “eu preciso disso e você precisa daquilo”, ou “tantos de milho valem tanto de tecido ou pólvora”.

É preciso considerar que moradores, em região freqüentada e habitada por grupos indígenas, poderiam se relacionar com estes a partir de uma vivência amistosa ou de conflitos. A penetração do não-índio no território de Mato Grosso esteve simultaneamente vinculada ao processo de desterritorialização e extinção de vários grupos étnicos. Indígenas que resistiram às investidas e apossamento do colonizador eram dizimados. Na documentação oficial, como por exemplo, Anais da Câmara da Vila Bela e da Câmara do Cuiabá, assim como Relatórios de Presidentes de Província, existem inúmeras referências à organização de bandeiras para reprimir grupos indígenas que resistiam ao processo de ocupação da terra.

Porém, existiram grupos de nativos que se tornaram “nações amigas”, foram explorados e “incorporados” pela sociedade de então. Índios ou descendentes estavam presentes em Camapuã. O vereador João Nunes Fernandes, autor do Anal de 1786 de Vila Bela da Santíssima Trindade, relatou para aquele ano, que o administrador da fazenda de Camapuã havia “*domesticado vários índios Caiapó, mas com o errado projeto de se servir deles como escravos, o que é inteiramente contra as positivas ordens de Sua Majestade*” (ANAIS DE VILA BELA, 2006: 264). No século XVIII já existiam medidas emanadas pela

Metrópole proibindo a escravidão indígena na Colônia. Porém, muitos indígenas foram explorados e escravizados.

As relações entre colonizadores e indígenas nem sempre eram amistosas. Muitos grupos resistiram às investidas e iniciativas de assentamentos. Assim como os Paiaguá atacavam no rio Paraguai, os Bororo pelas imediações do rio Jaurú, os Apiacá pela região da vila de Diamantino, os Caiapó empreendiam ataques aos viajantes que circulavam na estrada terrestre entre Cuiabá e Goiás e também na povoação de Camapuã. Nesse mesmo conjunto estavam as investidas dos Guaicuru, que também contribuíam para colocar moradores desta última localidade em constante estado de alerta.

Os índios Caiapó e Guaicurú atropelaram muito este povo em outra época, de maneira que quase todos os sítios das circunvizinhanças são marcados pelas mortes que neles fizeram estes bárbaros; mas depois que foram mandadas duas bandeiras a castigá-los, e que se recolheram com um número não pequeno de prisioneiros, havendo-lhes destruído as suas moradas, ficaram tranqüilos, e em boa paz, de sorte que de quando em quando fazem visitas ao comandante e povoadores (ALINCOURT, 1857: 337).

Porém, ainda no início dos anos de 1830 aqueles grupos atacavam a povoação de Camapuã (LEVERGER, 1960: 387). Para reprimir os ataques nas imediações, eram organizadas bandeiras que partiam de Miranda, com vários homens armados para atacarem as habitações indígenas. Os moradores de Camapuã, para se defenderem, valiam-se de todo tipo de precaução, inclusive andarem munidos de armas de fogo que pudessem ser utilizadas caso fossem pegos de surpresa. Nesse sentido, a idéia de que tanto o comandante e demais habitantes que saíam do povoado para dar assistência a canoas que precisavam ser varadas, iam ao encontro destas com armas de fogo (SOUZA, 1949: 26), e também a prática dos moradores locais em procurar trocar alimentos por munições, como citado acima.

Indolentes ou trabalhadores?

A sociedade brasileira, no século XIX, era composta basicamente por três camadas sociais: senhores, escravos e livres e pobres. Esta última era diversa sob vários aspectos, nela existiam pessoas com as mais distintas ocupações, desde moradores na terra de outrem, como era o caso dos agregados; trabalhadores assalariados; trabalhadores de ofícios mecânicos; trabalhadores independentes (vendedores ambulantes, quitandeiras

etc.); pequenos lavradores, dentre outras ocupações. Além disso, poderiam ser brancos, índios, negros libertos, mestiços, estrangeiros etc. que juntos formavam o citado e complexo estrato social.

Nos Oitocentos, viajantes estrangeiros, dirigentes e membros das elites, ao se referirem às pessoas livres e pobres, as caracterizavam como indolentes, vadias, perniciosas, ou seja, não aptas ao trabalho. Com os olhares voltados para a Europa, onde já existiam atividades realizadas a partir do trabalho sistemático e regular, em que o trabalhador estava subordinado a um patrão, e teria que desenvolver atividades rotineiras sob o jugo de uma jornada de trabalho, as elites não compreendiam o modo de vida do livre e pobre no Brasil.

Os moradores de Camapuã não ficaram isentos de serem descritos com esses olhares estereotipados. Hércules Florence, natural da França e membro da expedição chefiada por Langsdorff, se referiu à população local como “*desgraçados vadios*”, e Luís D’Alincourt os definiu como: “*indolentes, ocupam-se em plantações escassas, sendo o país [lugar] ótimo para cultura, que chega a dar 300 e mais por alqueire de sementeira*” (ALINCOURT, 1857: 336).

Porém, nos relatos desses dois viajantes existem dados que contradizem a noção de vadiagem e desocupação dos habitantes de Camapuã. Ambos mencionam que os moradores locais praticavam a agricultura e criavam animais como, por exemplo, porcos, galinhas, fabricavam pano de algodão, faziam algumas rendas e louça para uso doméstico.

O viver dos livres e pobres em Camapuã estava pautado numa lógica de vida desconhecida e refutada pelos olhares preconceituosos dos viajantes estrangeiros. Ao ocuparem um pedaço de terra, realizavam tarefas voltadas para a lavoura de subsistência e/ou com algum excedente comercializável, e desenvolviam atividades domésticas, geralmente auxiliadas pelo núcleo familiar. O plantio e colheita, por exemplo, não eram atividades que exigiam trabalho diário, já que elas estavam vinculadas a certos períodos do ano. Sendo assim, viajantes e membros das elites que chegassem e vissem os moradores sentados embaixo de árvores, ou empenhados em pescaria ou caça, os definiam como preguiçosos por não estarem desenvolvendo uma atividade regular.

Longe de serem indolentes, preguiçosos e vadios, os livres e pobres de Camapuã tinham algum ofício ou ocupação. Nessa situação estavam: Bonifácio Peixoto, homem caboré, casado, natural de Camapuã, de vinte e cinco anos de idade e que vivia de sua plantação; João Corrêa, homem pardo, casado, natural de Camapuã, tinha quarenta anos de idade, e que vivia de suas plantações; Joaquim Alves, homem caboré, casado, natural de

Camapuã, quarenta e seis anos de idade, que assim como Ignacio Peixoto, Antônio de Lara, Manuel dos Santos, Antônio de Souza e João Francisco, viviam de suas lavouras. Além de lavradores, existiam tecelões como, por exemplo, Victorino Alves, *“homem vermelho, casado, filho de Camapuã, que disse ter sessenta e nove anos de idade”*, e também ferreiros, atividade esta desenvolvida pelo crioulo forro Francisco Alves, de cinquenta e dois anos de idade, natural de Camapuã, cujo estado civil era casado (PROCESSO 103, 1822).

A declaração de alguns dos homens citados acima de serem naturais de Camapuã, contradiz a imagem de que fossem vadios. A palavra vadiagem estava relacionada ao discurso de que os pobres não constituíam vínculo familiar e que preferiam vadiar (vagar) pelo território brasileiro ao invés de trabalharem para algum patrão. Vadio era também uma denominação que servia para desqualificar o trabalhador nacional. Porém, ao consultar processos crimes, em que podemos em alguns momentos “escutar a voz” dos depoentes por trás das “penas” dos escrivões, é perceptível que as observações de viajantes não condiziam com a lógica vivida pelos habitantes livres e pobres.

Assim como em Camapuã existiam pessoas que lá nasceram e que cinquenta e dois anos depois do nascimento ainda moravam naquela localidade, como era a situação de Francisco Alves citado anteriormente, também existiam indivíduos provenientes de outras partes do Brasil ou do território de Mato Grosso, como era o caso do lavrador Carlos Jose Vieira, de sessenta e um anos de idade, homem branco, casado, natural da Vila de Taubaté na capitania de São Paulo.

A população livre de Camapuã, em sua maioria, era pobre. Vivia de ofícios e/ou lavoura e desenvolvia atividades como a caça, a pesca e coleta para complementar a subsistência familiar. Quando chegavam viajantes monçoeiros, os habitantes tentavam conseguir alguns artigos de que necessitavam, dando em troca parte da produção agrícola ou prestavam serviços temporários, como concerto de canoas ou demais serviços que pudessem ser úteis e requisitados pelos de fora.

Lavoura e criação de animais

Como citado anteriormente, desde os primórdios da ocupação, ainda no século XVIII, Camapuã demonstrava dar sinais de que a prática da agricultura seria vantajosa, já que viajantes que por ali passavam, procuravam obter víveres de que precisavam após algumas semanas de navegação desde que saíam do porto de Ararituaba ou de Cuiabá.

Os moradores pobres, assim como a fazenda particular pertencente a uma sociedade paulista, souberam aproveitar a localização daquele povoado e as oportunidades surgidas com o movimento anual de canoas, ao prestarem serviços ou praticarem a lavoura e criação de animais.

Dentre os principais gêneros cultivados estavam o milho, feijão, arroz e algodão como fica especificado no quadro abaixo que se refere à produção na fazenda particular e nas propriedades dos livres e pobres no início da década de 1820.

Tabela 2 – Produção Agrícola em Camapuã

Propriedades	Alqueire/Milho	Alqueire/feijão	Alqueire/arroz	Alqueire/algodão
Moradores locais (1823-1824)	2.213	400	875	59
Fazenda Particular (1821-1824)	4.198	654	274	156
Total	6411	1054	1149	215

Fonte: ALINCOURT, Luiz d'. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá, 1824. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX. 3º Trimestre de 1857. Rio de Janeiro, 1857, p. 336.

Como fica representada na tabela acima, a produção da população local, somente para o arroz foi maior do que aquela produzida pela fazenda particular. Porém, a contagem para a Fazenda Particular era referente a quatro anos de cultivo, enquanto que o dos moradores locais corresponde à metade daquele período. Se a produção da população local nos anos 1821 e 1822 fosse a mesma para os dois anos subsequentes, teríamos os seguintes valores: 4.426 alqueires³ de milho, 800 alqueires de feijão, 1.750 alqueires de arroz e 118 alqueires de algodão. Nesse sentido, o total produzido pela população local ficaria abaixo da produção da Fazenda Particular somente para o algodão.

Além disso, a Fazenda Particular contava com a mão-de-obra de 30 escravos e 36 escravas com idades ativas (acima de 14 anos), como ficou demonstrado na Tabela 1. Mas,

³ A questão das unidades intriga muitos pesquisadores, principalmente para aqueles que estudam o período anterior a 1862, quando se implantou o sistema métrico no país. As unidades de área, distância, peso e volume eram anotados em unidades de difícil conversão. Nem sempre as unidades apresentavam valor homogêneo por todo o país, às vezes diferenciavam de significado em relação às mesmas medidas praticadas em Portugal e também ocorriam mudanças ao longo do tempo. Ao estudar o sistema de medidas em São Paulo, Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein constataram que existiam diferentes valores de alqueires para determinados tipos de grãos: 1 alqueire de milho = 30,225 kg; 1 alqueire de feijão = 30,225 kg; 1 alqueire de arroz = 24, 18 kg. (LUNA, F. V.; KLEIN, H. S., 2001).

mesmo assim, a produção agrícola por parte de livres e pobres baseados no trabalho familiar foi expressiva nos anos acima indicados. Esses dados demonstram a participação e a importância daquelas pessoas para a subsistência dos habitantes de Camapuã e também para o auxílio que davam aos tripulantes das monções.

A produção alimentícia não se restringia apenas na plantação de milho, feijão, arroz e algodão. Também eram cultivadas cana-de-açúcar, laranjas e limas, hortaliças, mamonas etc. Esta última servia para produção de azeite, crucial no sistema de iluminação naquele momento histórico e inclusive era uma prática não somente em outras partes do Mato Grosso como, também, em Camapuã. Ainda o óleo da mamona era utilizado para fins medicinais (óleo de rícino), lamparinas domésticas, e lubrificantes para “Carros de boi”.

O milho socado era vendido para os viajantes. A transformação do grão em quirela exigia uso da força manual dos lavradores ou estes recorriam ao manejo do monjolo, que em 1826 estava em falta em Camapuã, já que fora destruído pela enchente do rio (FLORENCE, 1948: 106). O monjolo facilitava a trituração do milho, enquanto que o trabalho manual era demorado e exigia a força humana. Com o milho faziam-se bolos, pães, mingaus, farinhas e aguardente, que nem sempre era do gosto dos viajantes estrangeiros, como foi apontado por Augusto Leverger e Hércules Florence. No engenho local, a cana era matéria-prima principal para o fabrico de açúcar, rapadura e também da aguardente.

Os trabalhadores, assim como escravos da fazenda particular, deveriam se deslocar cerca de duas léguas dos núcleos de moradia para irem trabalhar nas roças (LEVERGER, 1960: 387). Possivelmente elas estariam localizadas em áreas em que determinado período do ano ficavam favorecidas pelas cheias do rio Camapuã, daí a necessidade mantê-las em tal distância.

Cotidiano, exploração e resistência

Lugar pequeno e de diminuta população, a vida cotidiana em Camapuã era permeada por laços de parentesco, vizinhança e amizade. Todos se conheciam, sabiam dos acontecimentos que lá ocorriam e o movimento de cada pessoa que fazia parte daquele núcleo populacional. Ajudar o vizinho ou o parente na realização de um serviço como construção de uma casa ou no plantio e colheita de grão eram atitudes da população local. “Fulano” sabia da vida de “sicrano” e assim seguia o ritmo diário daquele lugar que servia de passagem e abastecimento para os viajantes monçoeiros. O que uma determinada pessoa

fazia era visto por outros que lhes eram próximos. Além disso, a preocupação com segurança era constante, já bastante ameaçada pelos ataques indígenas.

Em Camapuã havia a reprodução humana, já que existiam naturais daquela terra que passavam longos períodos morando por lá. Conseguiram casamentos, filhos, terra para plantarem e/ou outra atividade para desenvolverem. Brancos, negros livres, escravos, indígenas e mestiços conviviam em relação de amizade, intrigas e relações amorosas. Quanto ao número de pessoas casadas ou viúvas, era o seguinte, para o ano de 1824:

Tabela 3 – População de Camapuã (1824)

Estado civil	Homens		Mulheres		Total
	Livres	escravos	livres	Escravas	
Casado (a)	19	16	21	11	67
Viúvo (a)	11	9	20

Fonte: ALINCOURT, Luiz d'. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá, 1824. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XX. 3º Trimestre de 1857. Rio de Janeiro, 1857.

Nesse sentido, existiam 67 pessoas cujo estado civil era casado e 20 eram viúvas. Cumpre notar que quatro escravos eram casados com mulheres livres, o que ajuda a perceber a relação entre a população livre e pobre e a população cativa, em que nos afazeres do cotidiano estavam em constante interação.

Lugar pequeno e distante de outros povoados, os moradores de Camapuã poderiam ser vítimas de autoridades que representavam a Coroa Portuguesa na América ou, para depois de 1822, dos representantes do Império do Brasil naquele local.

Região de fronteira e de mineração, a capitania e depois província de Mato Grosso possuía em diversos pontos de seu território destacamentos militares, presídios, quartéis, fortificações etc. No ano de 1818, eles eram os seguintes em toda a Capitania:

Tabela 4 – Destacamentos Militares na capitania de Mato Grosso (1818)	
Nomes	Força Total
Vila Bela Quartel Principal da 1º Divisão	103
Casalvasco	75
Palmella	12
Jaurú	16
Vila Maria	40
Forte do Príncipe da Beira	110

CAMAPUÃ NO PERÍODO DO OCASO DAS MONÇÕES: população, trabalho, lavoura, exploração e resistências
– por Divino Marcos de Sena

Povoação de São Luiz	...
Ribeirão	16
Cuiabá – Quartel de 2º divisão	94
Albuquerque	13
Camapuã	7
Rio Grande	13
Diamantino	6
Azambuja	...
Coimbra	123
Miranda	116

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo XX. 2º Trimestre de 1857. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, 1857.

Em especial para o caso de Camapuã existiam, em 1818, sete militares. Na década de 1820, esse contingente não ultrapassava oito, incluindo o Comandante. Naquela povoação, assim como em outros desses distritos mencionados acima, a autoridade estava na figura do militar que geralmente possuía a maior patente. O comandante militar em Camapuã tinha como atributos organizar a defesa do povoado; fiscalizar qualquer ação presente no local e informar ao Governo da capitania/província e conseqüentemente o poder Central sobre tudo o que acontecia; administrar a fazenda pública de propriedade do governo, bem como prestar conta de tudo que nela era produzida, servir como força policial etc. (LEVERGER, 1960: 387; PROCESSO 103, 1822), ou seja, ele seria o representante maior do Governo.

Com tantas funções a serem desenvolvidas e poderes que lhes eram atribuídos, é compreensível que comandantes procurassem tirar proveito da autoridade que possuíam e explorassem a população local para satisfazerem suas necessidades do dia-a-dia. Assim aconteceu nos primeiros anos da década de 1820 em Camapuã. O Alferes⁴ João Cardoso de Carvalho, Comandante daquela povoação, foi acusado de despotismo, violências, injustiças e exploração da população local. As denúncias chegaram até a pessoa do Major Miguel Teotônio de Toledo Ribas, Comandante Geral da Fronteira com o Paraguai e responsável por todo o território do Sul de Mato Grosso, que mandou proceder a uma devassa naquela localidade para apurar as denúncias de que havia recebido contra a pessoa do Comandante de Camapuã.

⁴ Alferes era uma patente de oficial do exército colonial equivalente ao posto de 2º tenente.

Enquanto ocorria a devassa, o Alferes foi destituído das funções que lhes eram cabíveis e substituído pelo Porta Estandarte⁵ José de Arruda Botelho. Se após as inquirições fosse constatado que o mencionado Alferes era inocente, ele teria seu cargo de volta, caso contrário, ficaria preso no Presídio de Miranda.

As testemunhas que tivessem queixas sobre o Alferes seriam inquiridas pelos seguintes artigos: Art. 1º - Sobre o estado da Fazenda Pública, a boa, ou a má administração, regime de todos os gêneros pertencentes ao Armazém sua distribuição, extravio por quem praticado; 2º - Sobre a disposição do trabalho da Fazenda Pública, como, quando e por quem era feito, se o povo (homens e mulheres) estava empregado nesse trabalho; 3º - Se a propriedade dos particulares teria sido lesada por violência; 4º - Se os particulares (população livre) eram empregados no serviço do Alferes João Cardoso de Carvalho, ou se foram trabalhar contra a sua vontade; 5º - Se moças donzelas eram tiradas de sua casa e contra as ordens de seus pais para irem trabalhar a força nas roças do Governo; 6º - Se para o mesmo trabalho eram utilizados escravos particulares; 7º - Se o Alferes João Cardoso de Carvalho teve participação nessas explorações, e por qual motivo; 8º - Se o mesmo Alferes só permitia os domingos e dias santos para o povo trabalhar nas suas plantações próprias; 9º - Qual era a intenção do Alferes sobre a Fazenda Particular que estava sob a responsabilidade do Tenente José de Arruda Botelho, e quais foram as violências contra este praticadas; 10º - Qual número de pessoas sustentava o Alferes, se era ou não à custa do trabalho e suor alheio; 11º - Além do especificado nos Artigos acima, deveria escrever tudo que as testemunhas quisessem depor contra ou a favor do mencionado Alferes (PROCESSO 103, 1822).

Esses foram os itens investigados no processo de devassa levantado para apurar a administração do Comandante de Camapuã. Os artigos da inquirição demonstram o conteúdo das denúncias que havia chegado aos ouvidos do Comandante Geral da Fronteira do Paraguai, Miguel Teotônio de Toledo Ribas, e as possíveis explorações que a população local estava sofrendo.

As testemunhas, que não deveriam ultrapassar o número de trinta, conforme as ordens do Juiz Comissário e responsável pela Devassa, o Tenente José Manoel de Carvalho Chaves, foram notificadas para serem inquiridas. As investigações iniciaram no dia vinte e nove de julho de mil oitocentos e vinte e dois. Ao todo, foram notificados pelo

⁵ No Brasil Colônia, Porta Estandarte era uma patente militar da cavalaria, superior ao cabo e inferior ao furriel. Já o furriel é um posto ou uma função existente nas forças armadas de vários países. Quando existe como posto, corresponde, normalmente, a uma graduação da categoria de sargento.

escrivão vinte homens, cujas ocupações eram as seguintes: 12 viviam de suas lavouras ou plantações; 4 eram militares (soldados); 1 tecelão; 1 ferreiro, 1 carpinteiro e o Porta Estandarte. Nesse sentido, dentre os depoentes estava tanto parte da população civil quanto militar, estes últimos “submissos” diretamente à figura do seu superior, o Alferes e Comandante de Camapuã.

As vítimas/testemunhas que prestaram depoimento contra o Alferes Comandante, após jurarem com a “mão direita perante o Santo Evangelho” na presença do Juiz e do Escrivão, relataram o que sabiam sobre o conteúdo do processo de devassa. Nas declarações dos depoentes foram listadas as práticas que o Comandante de Camapuã cometeu contra a população local.

Os abusos eram contra cativos e livres, por exemplo, o Comandante tinha ocupado escravos da Fazenda Particular administrada pelo Porta Estandarte, o Tenente José de Arruda Botelho, para trabalharem no serviço da Fazenda Pública, e naquele serviço morreu um escravo, que pertencia à mesma fazenda, “atropelado pelo carro de boi no caminho da Sambirenga”. Os cativos (as) que se recusavam a trabalhar na propriedade do governo eram obrigados a ir prestar serviços à força e, quando não iam, eram castigados no tronco. Num desses castigos, o Alferes tinha mandado “*pôr de tornilho⁶ o escravo do Porta Estandarte por este querer brigar com um paisano*”.

Contra a população livre o Comandante obrigava homens e mulheres trabalharem nos serviços da Fazenda Pública, tanto na roça como na soca de milho. Os homens também eram obrigados a trabalhar na varação das canoas de monção, mesmo que estivessem doentes. Além disso, o Alferes obrigava pelo uso da força “moças donzelas” trabalharem tanto na roça como na trituração do milho, isto contra a vontade de seus pais. Se faltassem a convocação, eram castigadas com palmatória, como aconteceu com Herenória Peixoto, filha de Rita Peixoto, e com Eufrária, filha de Constantino (PROCESSO 103, 1822).

Dentre outros castigos praticados pelo Comandante de Camapuã estava também aquele que foi perpetrado contra Petronilho Peixoto que, ao ir até a casa do Alferes reclamar uma capoeira que este lhe tinha tirado à força, o comandante lhe deu uma paulada no braço esquerdo, vindo a fraturar o membro atingido pela pancada.

Explorações e castigos físicos eram práticas ilegais cometidas pelo Comandante de Camapuã nos primeiros anos da década de 1820. O trabalho forçado nas terras públicas de

⁶ “Castigo que se infligia aos soldados apertando-lhes uma espingarda ao pescoço e outra nas curvas das pernas, o que os obrigava a curvarem-se” (FERREIRA, 2004:1966). No Brasil escravista, esse castigo era praticado aos escravos substituindo as armas de fogo por estacas de madeira.

“*Propriedade do Rei*” muitas vezes era realizado por pessoas adoentadas, que não recebiam nenhum tipo de ajuda do comandante para serem curadas das moléstias. Assim aconteceu com Helóio Peixoto, crioulo forro, casado, de 47 anos de idade, que vivia de sua lavoura, que ficou quatro meses doente sem que o Alferes não lhe desse socorro algum, “*mas que somente no fim da sua moléstia lhe deu um punhado de sal e um vomitório de tártaro*” (PROCESSO 103, 1822).

Diante das práticas ilegais, somente era permitido aos habitantes trabalhar em suas plantações nos domingos e dias santos. Às vezes até mesmo eram obrigados a trabalhar nas “*terras do Rei*” naquelas datas, o que, segundo a população local, dificultava a proliferação das roças particulares.

O Alferes, além de obrigar trabalhos forçados, tirava parte da produção da população. Pelo uso da força adentrava a casa dos particulares para pegar parte da produção de mamona para fazer azeite, e então ser usado nos carros que andavam no carriador. Pegava também, celas e cangalhas para serem empregadas no transporte da gente que seguia da Fazenda até o curral, bem como porcos para serem engordados. Outros animais também eram tirados a força dos habitantes locais, assim aconteceu com dois cavalos de Manuel Ignácio, homem Caboré, casado, de quarenta e dois anos de idade, natural de Camapuã, que vivia de seu ofício de carpinteiro, cujos animais haviam sido “empregados no costeiro do gado de uma cangalha para conduzir o trem do Capitão General da capitania de Mato Grosso”⁷ que passara por aquele varadouro.

O depoente Antônio de Lara, “*homem cabra, solteiro, de dezoito anos de idade, que vivia de sua lavoura*” se queixou do Alferes Comandante por este mandá-lo trabalhar em seu canavial, dizendo que era serviço do Rei. Assim aconteceu também com Antônio de Souza, homem caboré, solteiro, de dezessete anos de idade, que vivia de sua lavoura, declarou que junto com os seus companheiros trabalhavam no bananal, mandiocal e canavial do Alferes Comandante a título de serem serviços reais.

O trabalho não se restringia na Fazenda Real; a população era obrigada a trabalhar também no quintal do Comandante, muitos sem receber nenhum tipo de soldo em troca dos serviços prestados. O lavrador Agostinho Alves da Cunha, crioulo forro, casado, natural de Camapuã, que tinha cinqüenta e quatro anos de idade, declarou junto ao escrivão e ao Juiz

⁷ As cargas citadas no processo crime pertenciam ao nono e último capitão general de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, que foi nomeado Capitão General da Capitania de Mato Grosso por Carta Régia de 07/07/1817. Sua administração foi entre 6/1/1819 a 20/08/1821, totalizando 2 anos, 7 meses, 14 dias. (SILVA, 1993). Depois da deposição do general Magessi do governo, a Capitania passou a ser administrada por duas juntas governativas, uma em Cuiabá e outra em Vila Bela.

Comissário, que fora trabalhar contra sua vontade no quintal do Alferes, e que tinha ido trabalhar adoentado na transposição da canoa do ex-Capitão Geral da Capitania de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, e que o comandante havia matado um dos seus cavalos no serviço de transportar cargas do General para o Porto do Curral, sem que ao menos fosse ressarcido daqueles prejuízos (PROCESSO 103, 1822).

Dentre outras práticas ilegais, os depoentes declararam que o Comandante tirava milho e arroz, durante a noite, da Fazenda Real para sustentar sua família composta de 12 pessoas à custa das terras pertencentes ao Rei, sendo que parte do milho roubado servia para engordar seus capados. Além disso, um dos homens havia lhe falado que não daria para ir trabalhar na roça porque estava nu (sem vestimenta para trabalhar), e que assim mesmo “*o mandara para o trabalho, embrulhado em uma baeta para o serviço da roça*” (PROCESSO 103, 1822).

Essas são algumas das ações ilegais praticadas pelo Alferes. Este tirava proveito de seu cargo e posição em relação aos demais habitantes de Camapuã. As testemunhas, ao relatarem o que tinham visto ou o que tinham ouvido falar, deixaram passar as práticas autoritárias exercidas pelo Comandante, bem como seus descontentamentos e do restante da população em relação aos abusos de poder daquela autoridade.

Nem todos os depoentes fizeram declarações contra o Alferes. Lintiliano José Batista, militar da Companhia de Pedestre, solteiro, justificou que a atitude do Comandante em ter quebrado o braço de Petronilho Peixoto foi porque este lhe proferiu “palavras indecentes” ao requerer uma capoeira que lhe achava de direito. O depoente ainda foi contra os relatos das outras testemunhas ao citar que o Comandante tratava bem o povo de Camapuã: mandava “*vestir crianças que andavam nuas, chamava mulheres que não tinham arranjos [de serviço] em sua casa para que elas fossem contratadas e que ele não era homem de fazer castigos*”. Segundo Lintiliano, as denúncias eram injustas já que naquele local existiam alguns homens que procuram prejudicar o Alferes Comandante. Acusou o Porta Estandarte José de Arruda Botelho de ter induzido parcela dos habitantes de Camapuã para irem até Coimbra denunciar o Alferes para o Comandante Geral da Fronteira do Paraguai Miguel Teotônio de Toledo Ribas. E afirma que isso era decorrente das rixas que o Porta Estandarte tinha contra o Comandante, já que este mandara seus filhos para trabalharem na roça do Rei (PROCESSO 103, 1822).

As declarações de Lintiliano José Batista dão pista de outra situação presente naquele lugar, o conflito de interesses entre o responsável pela Fazenda Particular o Porta

Estandarte José de Arruda Botelho e o Alferes João Cardoso de Carvalho, administrador da Fazenda Pública, do destacamento militar e do povoado de Camapuã.

José de Arruda Botelho foi acusado pelo soldado de incentivar as denúncias contra o Comandante de Camapuã. Porém, é preciso considerar que a população pobre poderia sim ter sido utilizada como elemento favorável no conflito de interesses particulares, mas ela somente aderiu a isso por também se sentir prejudicada e ameaçada por uma das partes em conflito. O Porta Estandarte poderia ter dado incentivos à população de Camapuã requerer seus direitos e denunciar as ações que ela estava sofrendo na administração de João Cardoso de Carvalho, mas seria necessário que a população também se identificasse com as manifestação, ou seja, que se sentisse prejudicada com as ações do Comandante.

Nesse sentido, os moradores de Camapuã encontraram na denúncia uma alternativa para tentar acabar com os abusos de poder dos quais eram vítimas. O depoimento do Porta Estandarte José de Arruda Botelho reforça o discurso dos demais depoentes, exceto de Lintiliano José Batista, citado logo acima, que além de militar subordinado ao Alferes, poderia ser comparsa deste nas explorações locais.

O “ver” e o “ouvir falar” deixa perceber aspectos de um cotidiano em que os acontecimentos acabavam se tornando de conhecimento de todos. Os moradores sabiam que o Comandante tinha quebrado o braço de Petronilho Peixoto, que ele obrigava livres, escravos e donzelas a trabalharem nas lavouras e demais “afazeres Reais”, que retirava grãos do armazém público durante a noite para alimentar sua família etc.

O conteúdo do mencionado processo de Devassa ajuda a perceber não somente aspectos do cotidiano da população local, como também as injustiças que a mesma estava propensa a sofrer com os abusos de poder por parte de autoridades do Governo. Porém, mesmo explorada, a população livre e pobre não ficou calada às injustiças que lhes eram aplicadas. Segundo o Juiz José Manoel de Carvalho Chaves, responsável pela inquirição, a devassa foi realizada em consequência do requerimento que ele recebeu “*das pessoas vindas de Camapuã, queixando-se das injustiças e despotismos praticados pelo Alferes João Cardoso, Comandante daquela Povoação, e dos castigos que ele premeditava sobre os indivíduos, que já de outra vez vieram a minha presença (...)*” (PROCESSO 103, 1822).

Os moradores de Camapuã se reuniram para (re)conquistar a autonomia que anteriormente tinham para produzirem em suas terras, e obterem seus direitos sociais e econômicos abafados pelas ordens do Alferes. Seus descontentamentos estavam relacionados às atitudes dessa autoridade, que cometia abusos de poder longe dos olhares do rei. Em nome deste, o comandante justificava suas explorações. A ida até os Presídios

de Coimbra e de Miranda para denunciar tais abusos teve como intuito reclamar, corrigir e/ou afastar a autoridade em Camapuã.

As ações dos moradores não se transformaram em rebelião ou qualquer outra agitação armada e sangrenta.⁸ Mas, possivelmente poderia torná-la caso não tivesse a interferência de autoridades superiores e se não ocorresse o afastamento do comandante responsável pelas explorações.

As reivindicações não tiveram apenas uma razão ou fator, mas sim vários que estavam vinculados ao abuso de poder da autoridade. Pelo processo de Devassa, é perceptível que a população local sabia de seus direitos e por isso foi reivindicá-los às autoridades competentes.

O resultado da apuração dos fatos levou o afastamento do comandante Alferes dos cargos que ele ocupava, e segundo as indicações do Juiz, ele seria direcionado para o presídio de Miranda.

Pelo que foi exposto, essas eram algumas das características de Camapuã nos anos finais do período monçoeiro. Uma população composta por escravos e livres, estes com significativa presença mestiça, eram trabalhadores de ofício e/ou que viviam de suas lavouras. Com um viver pautado em relações de vizinhança, parentesco e amizade, eles prestavam serviços e/ou produziam víveres que lhes garantissem elementos essenciais para sobreviverem. Em alguns momentos, produziam certo excedente não consumido pelo núcleo familiar, para vender/trocar por aquilo que não era encontrado e nem produzido no local.

Considerações finais

Distante dos principais núcleos urbanos do Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade e Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá), mas de forma alguma isolada, Camapuã mantinha contato com localidades como Cuiabá, Coimbra, Albuquerque e Miranda, por exemplo, e também com outras regiões do sul e sudeste brasileiro. Nascida como ponto de variação das canoas de monções, ali estabeleceu pessoas com propriedades rurais que davam apoio fundamental para os viajantes que utilizavam aquela rota de transporte, comunicação e comércio.

Para os monçoeiros, ela era a “porta de entrada” para o território do Mato Grosso, e um dos principais pontos que lhes pudessem dar ajuda como parada para descanso,

⁸ Sobre as rebeliões no Brasil Colônia, ver o trabalho de (FIGUEIREDO, 2005).

reposição de alimentos, animais, prestação de serviço etc. Assim foi em boa parte do século XVIII e nas três primeiras décadas da centúria seguinte.

Camapuã começou a perder sua importância de outrora quando foram frequentadas outras vias de comunicação. Novas rotas de comércio passaram a concorrer com as monções, dentre elas a de navegação do Pará-Tapajós, Pará-Madeira, e também a via terrestre que ligava Cuiabá a Goiás. Sérgio Buarque de Holanda aponta que outros fatores contribuíram para o fim do ciclo monçoeiro, como a dificuldade de encontrar construtores e trabalhadores das embarcações (canoas), a diminuição e esgotamento das minas do Mato Grosso, e epidemias de febre tifóide que “*grassou nas margens do Tietê*”, deixando reduzido número de sobreviventes, dentre eles poucos trabalhadores monçoeiros (HOLANDA, 1994: 151).

Esses acontecimentos refletiram diretamente na vida de Camapuã no que se refere à sua importância de outrora. Augusto Leverger, que realizou viagem, em 1830, de Porto Feliz até Cuiabá pela via fluvial utilizada pelas monções, afirmou que Camapuã tinha sido um “*estabelecimento considerável, sua posição é mui vantajosa, mas, contudo ele vai decaindo*” (LEVERGER: 1960: 387).

De qualquer forma, os moradores de Camapuã, ainda nos anos vinte do século XIX, davam suporte aos viajantes que por ali passavam. O desenvolvimento das rotas de navegação dependia daquele lugar que passou de um simples varadouro e gradativamente atraiu pessoas que ali se estabeleceram, ou nascerem e permanecerem vivendo por muitos anos. Indivíduos que encontraram naquele ponto de passagem um lugar para estabelecer moradia e conseguir o necessário para a sua sobrevivência.

Fontes

ALINCOURT, Luiz d'. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá, 1824. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX. 3º Trimestre de 1857b. Rio de Janeiro, 1857, p. 334-345.

_____. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-môr engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Primeira – *Statística Geographica e Natural*. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: 1877-1878. Vol. III, p. 68-161 e p. 225-278.

_____. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-môr engenheiro, encarregado da comissão statistica

topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Statistica Política e Civil. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: 1880-1881. Vol. VIII, p. 39-142

ANAIS DE VILA BELA 1734-1789. Organização de Janaína Amado & ANZAI, Leny Caselli Anzai. Cuiabá: EdUFMT, 2006. (Coleção documentos preciosos)

ANNAES DO SENNADO DA CAMARADA DO CUYABÁ: 1719-1830. Transcrição e Organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

Destacamentos Militares (1818). In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo XX. 2º Trimestre de 1857. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, 1857.

Extracto do mappa de população de 1800. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo XX. 2º Trimestre de 1857. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, 1857.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829*. 2. ed. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

LEVERGER, Augusto. Derrota de navegação interior: da Vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá capital da província de Mato Grosso – 1830. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 247. Abr/Jun. Rio de Janeiro, 1960. p. 356-391.

Processo 103, caixa 04, 1822. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

SOUZA, Candido Xavier de Oliveira. *Descrição diária dos progressos da Expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 202. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Jan.-Mar. 1949. p. 1- 132.

Referências Bibliográficas

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino (1712-1728)*. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Col. Descobrimo o Brasil).

GODOY, Silvana Alves de Godoy. *Itu e Ararituaguaba na rota das monções (1718-1838)*. 2002. 235 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). UNICAMP, Campinas.

CAMAPUÃ NO PERÍODO DO OCASO DAS MONÇÕES: população, trabalho, lavoura, exploração e resistências
– por Divino Marcos de Sena

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Notas a respeito de medidas para grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para sua conversão ao sistema métrico. In: *Boletim de História Demográfica*. Ano VIII, n. 21, março de 2001. Disponível em: <http://www.brnuede.com/bhds/bhd21/bhd21.htm#OBSERVA%C3%87%C3%95ES>. Acesso em: 08/02/2010.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores*: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso-Século XVIII. Cuiabá: UFMT, 1995.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: Edição APMT, 1993.

SILVA, Valderéz Antonio. *Os fantasmas do rio*: Um estudo sobre a memória das monções no Vale do Médio Tietê. 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, Campinas.

Recebido em: 01/04/2010
Aprovado em: 24/05/2010